



RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Nº 001/2023

Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2023 – CEDEC.

Objeto da licitação: Registro de preço para eventual aquisição de 2000 (dois mil) Kit Criança (lenço umedecido, fralda, creme para assadura e mamadeira) e 1000 (um mil) Kit Idoso tipo I (fralda geriátrica M e creme para assadura) e 1000 (um mil) Kit idoso tipo II (fralda geriátrica G e creme para assadura) para atender as vítimas de desastres ocorridos no Estado do Pará.

Empresa Solicitante: MEKARI SOLUÇÕES PROFISSIONAIS

Pregoeiro: MAJOR QOBM CARLOS RANGEL VALOIS DA SILVA

Abertura da Sessão: 04 de abril de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no artigo 23, do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

A empresa MERAKI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 21.542.057/001-92, com sede na Rua Avenida Mei Mei, 966, Uberaba-MG – CEP-38082-008, neste ato por seu Representante Legal – Sr. THIAGO PEREIRA MARQUES FERREIRA vem a oferecer a presente impugnação.

3.1 Das razões de impugnação

(...)

A Impugnante tendo interesse em participar da Licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Contudo, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se que o Edital não solicitava como documentação de habilitação, no item de qualificação técnica, a Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

válida, expedida pela ANVISA, das licitantes. **DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDÍVEL para aquisição do produto objeto deste certame. Os itens lenço umedecido e creme de assadura são classificados como COSMÉTICOS e o item fralda é classificado como CORRELATOS.**

(...)

“In casu”, não se pode olvidar que há no objeto da licitação produtos para saúde, portanto, por força de Lei Especial existe a obrigação de as empresas possuírem Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela ANVISA.

É imperativo legal que para o funcionamento das empresas que pretenda exercer atividades de extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, distribuir, os produtos constantes da Lei nº 6.360/76 e Lei nº 9.782/99, Decreto nº 3.029/99, correlacionadas aos medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, **os cosméticos**, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros **é necessário a Autorização da ANVISA, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.**

(...)

Uma vez que a Autorização de Funcionamento (AFE) não é solicitada de todos os licitantes, é ferido o Princípio da Legalidade, pois existe uma Legislação que obriga fabricantes, distribuidores ou afins a possuir a mesma e, portanto, deve ser solicitada para todos.

Fere também o Princípio da Isonomia a partir do momento em que um licitante legalmente qualificado, compete em nível de igualdade, com outro em situação de ilegalidade.

(...)

Diante do exposto é de responsabilidade das empresas titulares de registro a manutenção da qualidade, segurança e eficácia dos produtos até o consumidor final, para evitar riscos e efeitos adversos a saúde humana, incluindo todos os agentes atuantes desde a produção ao consumo de maneira solidaria. Esta é a única forma do município garantir a segurança e qualidade dos produtos a serem adquiridos, visto que caso contrário haverá prejuízo para a administração pública no sentido de sujeitar os servidores e todo o local a produtos de risco à saúde.

Como já vastamente comprovado, a Autorização de Funcionamento da Anvisa, em hipótese alguma, poderá deixar de ser solicitada de todos os licitantes interessados em participar da licitação constante no edital em questão.





3.2 Do pedido da impugnante

DESTE MODO, é imperioso que seja retificado o Edital IMEDIATAMENTE, fazendo constar a obrigatoriedade da apresentação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para Correlatos e Cosméticos, emitido pela Anvisa, DE TODOS OS LICITANTES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATORIO, tomando para tanto as medidas cabíveis.

ISTO POSTO, requer seja JULGADO PROCEDENTE o presente Impugnação, POR SER QUESTÃO DE DIREITO E DA MAIS SALUTAR JUSTIÇA.

4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

4.1 Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, deve-se seguir a previsão conforme o artigo 24 do Decreto Estadual nº 534/2020:

Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

4.2 O impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail, sua impugnação à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.

4.3 Quanto a alegação do impugnante "...que o Edital não solicitava como documentação de habilitação, no item de qualificação técnica, a Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) válida, expedida pela ANVISA, das licitantes. Documentação imprescindível para aquisição do produto objeto deste certame. os itens lenço umedecido e creme de assadura são classificados como cosméticos e o item fralda é classificado como correlatos". Após a análise das normas vigentes, cito a Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 a qual define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e a Lei nº 9.782 de 26 de janeiro



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

de 1999 a qual dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, verificou-se aplicável as exigências ali previstas para o caso em tela.

5 DA CONCLUSÃO

5.1 Diante do exposto, **CONHEÇO AS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**, para o mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela procedência integral dos pedidos apontados pela Sr. THIAGO PEREIRA MARQUES FERREIRA, CPF: 015.587.234-25, para o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023 - CEDEC, nos termos das legislações vigentes e argumentos apresentados, segue para a tomada das providências administrativas cabíveis, retirando o edital da praça em todos os seus termos;

5.2 Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet;

5.3 Paralisar a fase externa do referido processo licitatório;

5.4 Encaminhar o processo para a Assessoria da CEDEC para as providências necessárias;

5.5 É a decisão.

Belém-Pará, 31 de março de 2023.

CARLOS RANGEL VALOIS DA SILVA – MAJ QOBM
Pregoeiro do PE nº 001/2023 - CEDEC



Resposta 03/04/2023 10:07:40

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 001/2023 Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2023 – CEDEC. Objeto da licitação: Registro de preço para eventual aquisição de 2000 (dois mil) Kit Criança (lenço umedecido, fralda, creme para assadura e mamadeira) e 1000 (um mil) Kit Idoso tipo I (fralda geriátrica M e creme para assadura) e 1000 (um mil) Kit idoso tipo II (fralda geriátrica G e creme para assadura) para atender as vítimas de desastres ocorridos no Estado do Pará. Empresa Solicitante: MEKARI SOLUÇÕES PROFISSIONAIS Pregoeiro: MAJOR QOBM CARLOS RANGEL VALOIS DA SILVA Abertura da Sessão: 04 de abril de 2023, 09h30min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no artigo 23, do decreto estadual nº 534/2020; 3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO A empresa MERAKI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 21.542.057/001-92, com sede na Rua Avenida Mei Mei, 966, Uberaba-MG – CEP-38082-008, neste ato por seu Representante Legal – Sr. THIAGO PEREIRA MARQUES FERREIRA vem a oferecer a presente impugnação. 3.1 Das razões de impugnação (...) A Impugnante tendo interesse em participar da Licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Contudo, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se que o Edital não solicitava como documentação de habilitação, no item de qualificação técnica, a Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) válida, expedida pela ANVISA, das licitantes. DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDÍVEL para aquisição do produto objeto deste certame. Os itens lenço umedecido e creme de assadura são classificados como COSMÉTICOS e o item fralda é classificado como CORRELATOS. (...) "In casu", não se pode olvidar que há no objeto da licitação produtos para saúde, portanto, por força de Lei Especial existe a obrigação de as empresas possuírem Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela ANVISA. É imperativo legal que para o funcionamento das empresas que pretenda exercer atividades de extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, distribuir, os produtos constantes da Lei nº 6.360/76 e Lei nº 9.782/99, Decreto nº 3.029/99, correlacionadas aos medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros é necessário a Autorização da ANVISA, órgão vinculado ao Ministério da Saúde. (...) Uma vez que a Autorização de Funcionamento (AFE) não é solicitada de todos os licitantes, é ferido o Princípio da Legalidade, pois existe uma Legislação que obriga fabricantes, distribuidores ou afins a possuir a mesma e, portanto, deve ser solicitada para todos. Fere também o Princípio da Isonomia a partir do momento em que um licitante legalmente qualificado, compete em nível de igualdade, com outro em situação de ilegalidade. (...) Diante do exposto é de responsabilidade das empresas titulares de registro a manutenção da qualidade, segurança e eficácia dos produtos até o consumidor final, para evitar riscos e efeitos adversos a saúde humana, incluindo todos os agentes atuantes desde a produção ao consumo de maneira solidaria. Esta é a única forma do município garantir segurança e qualidade dos produtos a serem adquiridos, visto que caso contrário haverá prejuízo para a administração pública no sentido de sujeitar os servidores e todo o local a produtos de risco à saúde. Como já vastamente comprovado, a Autorização de Funcionamento da Anvisa, em hipótese alguma, poderá deixar de ser solicitada de todos os licitantes interessados em participar da licitação constante no edital em questão. 3.2 Do pedido da impugnante DESTE MODO, é imperioso que seja retificado o Edital IMEDIATAMENTE, fazendo constar a obrigatoriedade da apresentação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para Correlatos e Cosméticos, emitido pela Anvisa, DE TODOS OS LICITANTES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATORIO, tomando para tanto as medidas cabíveis. ISTO POSTO, requer seja JULGADO PROCEDENTE o presente Impugnação, POR SER QUESTÃO DE DIREITO E DA MAIS SALUTAR JUSTIÇA. 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1 Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, deve-se seguir a previsão conforme o artigo 24 do Decreto Estadual nº 534/2020: Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica. 4.2 O impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail, sua impugnação à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares. 4.3 Quanto a alegação do impugnante "...que o Edital não solicitava como documentação de habilitação, no item de qualificação técnica, a Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) válida, expedida pela ANVISA, das licitantes. Documentação imprescindível para aquisição do produto objeto deste certame. os itens lenço umedecido e creme de assadura são classificados como cosméticos e o item fralda é classificado como correlatos". Após a análise das normas vigentes, cito a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 a qual define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e a Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999 a qual dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, verificou-se aplicável as exigências ali previstas para o caso em tela. 5 DA CONCLUSÃO 5.1 Diante do exposto, CONHEÇO AS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela procedência integral dos pedidos apontados pela Sr. THIAGO PEREIRA MARQUES FERREIRA, CPF: 015.587.234-25, para o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023 - CEDEC, nos termos das legislações vigentes e argumentos apresentados, segue para a tomada das providências administrativas cabíveis, retirando o edital da praça em todos os seus termos; 5.2 Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasnet; 5.3 Paralisar a fase externa do referido processo licitatório; 5.4 Encaminhar o processo para a Assessoria da CEDEC para as providências necessárias; 5.5 É a decisão. Belém-Pará, 31 de março de 2023. CARLOS RANGEL VALOIS DA SILVA – MAJ QOBM Pregoeiro do PE nº 001/2023 - CEDEC